

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: O NORTE DO PARANÁ EM FOCO

Ruth Youko Tsukamoto¹

Resumo

O Norte do Paraná foi uma área de intensa concentração de famílias em decorrência da cafeicultura que chegou a ocupar um lugar de destaque na produção mundial. Entretanto, com a introdução da “revolução verde”, o campo norte paranaense sofreu mudanças significativas tanto no uso da terra quanto nas técnicas de produção o que, conseqüentemente, afetou a permanência das unidades de produção familiar. Nas duas últimas décadas essa categoria de produtores foi alvo de atenção do governo federal implantando políticas públicas desde linhas de créditos até pesquisas e formas de comercialização para sua inserção no mercado para a manutenção dos mesmos no campo.

O programa de maior abrangência nacional é o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF, uma linha de crédito que abrange várias categorias de agricultores. Por outro lado, esse programa contempla várias modalidades de crédito (custeio, investimento, comercialização) principalmente aqueles que utilizam a força de trabalho familiar. Paralelamente, vale destacar alguns que advêm do próprio governo federal, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Nacional de Merenda Escolar e, do governo do estado do Paraná, a “Fábrica do Agricultor” e as Redes de Referência. Nesse sentido, pretende-se analisar os resultados desses programas nos municípios da Microrregião Geográfica de Londrina, localizado no Norte do estado do Paraná.

Palavras- chave: Políticas públicas – agricultura familiar - formas de permanência

¹ Professora do Deptº de Geociências da Universidade Estadual de Londrina-Paraná-Brasil.E-mail: tsukamoto@uel.br

Situando a questão

Discutir políticas públicas para a agricultura é um tema abrangente pois depende do contexto de cada região ou país. As políticas para a agricultura familiar para a realidade agrária brasileira é um fato recente se considerarmos os programas específicos para essa categoria de produtor rural. Salienta-se, entretanto, que as unidades de produção familiar sempre estiveram presentes na realidade agrária brasileira, mas com o acirramento dos movimentos sociais rurais nas últimas décadas emerge no interior dos mesmos a luta para a implantação de políticas públicas como forma de incrementar as atividades agrícolas na tentativa de conter o processo migratório campo-cidade.

A questão sobre as formas de permanência do agricultor no campo está intimamente ligada às unidades de produção familiar, uma vez que foram as mais afetadas com o impacto da industrialização da agricultura e das políticas públicas adotadas na época.

A modernização/tecnificação da agricultura provocou uma migração significativa do homem do campo para a cidade, pois segundo Martine (1991) cerca de 30 milhões de trabalhadores rurais migraram no período de 20 anos. Estão incluídos trabalhadores com e sem terra. Estes últimos, são aqueles que estavam residindo no campo como parceiros, porcenteiros, rendeiros entre outros.

Na década de 1970/1980, proprietários de terras, também deixaram o campo na ilusão de obter uma vida “menos instável”, empregando seus filhos como assalariados urbanos ou deslocando-se para as fronteiras agrícolas, especialmente para o norte do país. Nesse sentido, muitos se marginalizaram nas periferias das grandes cidades ou tiveram insucesso nas fronteiras agrícolas e retornaram aos seus estados de origem para lutar e conquistar um pedaço de terra por meio dos movimentos sociais rurais.

O fato é que a conquista da terra seria apenas o início de uma série de problemas que os trabalhadores enfrentariam, pois sem uma política de apoio para a consolidação como produtores rurais essa conquista estaria fadada ao fracasso.

Na década de 1990, por pressão dos movimentos sociais rurais, o Estado edita uma série de políticas voltadas ao que foi denominada agricultura familiar. No documento elaborado pela FAO (1992), “Principais indicadores sócio-econômicos dos assentamentos de Reforma Agrária” a agricultura familiar é definida considerando o trabalho e a gestão: a direção do processo produtivo realizada diretamente pelos

proprietários; ênfase na diversificação da produção; busca da durabilidade dos recursos naturais e melhoria da qualidade de vida; o trabalho assalariado para complementar os rendimentos; as decisões são tomadas de forma imediata, adequando-se ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo; tomada de decisões é realizada “in loco”, em função das especificidades do processo produtivo e ênfase ao uso de insumos internos.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar– PRONAF foi um dos programas criados pelo Estado em direção à agricultura familiar em que o agricultor obtém financiamento, tendo como critério o tamanho da propriedade e a renda auferida. Nesse sentido o decreto estabelece que a mão-de-obra utilizada seja predominantemente familiar.

Segundo, os critérios adotados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, seriam os proprietários de terras com até quatro módulos fiscais. Os módulos fiscais são estabelecidos de acordo com o perfil agrícola de cada município e sendo assim, a área de terras dos agricultores familiares é variável. Entra como critério a inserção dos membros da família no processo produtivo.

É indiscutível a enorme dívida econômica e social que o Estado acumulou com a agricultura a familiar brasileira. Ainda assim, o setor tem sobrevivido a sucessivas crises econômicas e políticas e à competição em condições e recursos orientados para favorecer a grande produção e a grande propriedade, setores notadamente privilegiados. GUARNICA e SANTOS (2006, p.90)

O PRONAF deve ser considerado como aquele que, mesmo apresentando problemas estruturais e de funcionamento, é o que tem atendido a parcela de agricultores que desenvolvem suas atividades na forma de unidade de produção familiar. Em relação ao financiamento para o custeio Denardi (2001,p.59) lembra com muita propriedade que “o PRONAF tem socializado o financiamento de custeio de produtos, sistemas e pacotes tecnológicos tradicionais”, o que se quer dizer que as políticas do Estado continuam a fomentar esse pacote tecnológico da “modernização da agricultura” levando-os ao endividamento e a inadimplência.

Ao fazer uma reflexão sobre as políticas públicas, Tonneau e Sabourin (2007) citam dois autores. Para Duran (1999) política pública “é um produto da atividade intencional de uma autoridade investida de uma prerrogativa de poder público e de uma legitimidade política” Nesse caso, os autores colocam que o termo intencional é essencial para compreender o conceito. Em seguida citam

Callon;Lascoumes;Barthe,(2001) que afirmam ser “um conjunto complexo de acordos institucionalizados entre agentes econômicos e sociais com interesses mais ou menos divergentes”.

Denardi (2001) já afirmava que a política que prevaleceu nestas quatro últimas décadas foi a agrícola e a política agrária sempre foi marginal e inexistente.

Assim, o Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar (PRONAF), principalmente o PRONAF- custeio tem sido aquele de maior adesão pelos agricultores familiares. Segundo Denardi (2001,p.58) “é a primeira política pública diferenciada em favor dos agricultores familiares brasileiros”.

Em relação ao financiamento para o custeio Denardi (2001,p.59) lembra com muita propriedade que “o PRONAF tem socializado o financiamento de custeio de produtos, sistemas e pacotes tecnológicos tradicionais”, o que se quer dizer que as políticas do Estado continuam a fomentar esse pacote tecnológico da “modernização da agricultura” levando-os ao endividamento e a inadimplência e, no caso, da política de crédito para agricultura orgânica, ainda considerada como uma agricultura alternativa, não tem recebido apoio.

Vale salientar que este programa está presente em vários outros projetos do governo do estado do Paraná, sendo, portanto, o apoio financeiro que os agricultores se sujeitam para viabilizar a sua atividade agrícola e/ou agroindustrial. Como exemplo, pode-se citar o programa Agroindústria Familiar-“Fábrica do Agricultor” e Redes de Referências para Agricultura Familiar. Neste último, são programas que estão sendo desenvolvidos por meio da pesquisa realizada pelo Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) e pelo trabalho de assistência técnica do Instituto EMATER para levar ao agricultor novas formas de obtenção de renda, seja vinculada à melhoria das técnicas e de gestão, seja, partindo para outra atividade que traga um valor agregado aos produtos gerados no seu estabelecimento. Trata-se de um programa que irá atender um perfil de produtor que já possua condições econômicas mais estáveis e de absorver as “novas tecnologias” para alcançar os objetivos do programa.

Ainda dentro das políticas públicas advindas do governo federal e que tem sido implementadas no estado do Paraná destaca-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) sob a coordenação da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) criado em 2003.

Trata-se de um programa que dá garantia de comercialização como parte de um conjunto mais amplo de políticas que compõem o Fome Zero.

Paralelamente, há o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) sob a tutela do Ministério da Educação por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) o qual exige que 30% da origem do produto da merenda escolar do município seja da agricultura familiar.

Nesse contexto, o presente trabalho analisará a realidade agrária da Microrregião Geográfica de Londrina que apresenta alguns reflexos das políticas públicas implantadas pelo governo federal e/ou pelo estado do Paraná.

Considerações da realidade agrária da Microrregião Geográfica de Londrina

A Microrregião Geográfica de Londrina está situada na Mesorregião Norte Central Paranaense e composta por seis municípios: Londrina, Cambé, Ibiporã, Rolândia, Tamarana e Pitangueiras. Tamarana e Pitangueiras foram distritos dos municípios de Londrina e de Rolândia, respectivamente. Tamarana foi emancipada no ano de 1995 e Pitangueiras em 1993. (mapa 1)

São municípios que apresentam o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre médio e elevado tendo Tamarana com o índice mais baixo com 0,683 e Londrina com 0,824. Dos seis municípios três apresentaram índice entre 0,754 a 0,784. Trata-se de uma área que economicamente apresenta um quadro dinâmico tanto por meio de atividades urbano-industriais quanto de atividades oriundas do campo.

Localizada no Norte do Estado do Paraná foi área de ocupação recente, por volta do início do século XX por meio de companhias colonizadoras particulares, principalmente pela Companhia de Terras Norte do Paraná- CTNP que mais tarde foi denominada Companhia Melhoramentos Norte do Paraná- CMNP.

Mapa 1



A CTNP/CMNP, dividiu a área rural em lotes que variavam entre 25 a 50 hectares podendo ser considerada até hoje como pequenas propriedades.

Um dos produtos de maior destaque até a década de 1970 foi a cafeicultura que predominou a paisagem do Norte do Paraná. Segundo Schwartz (2010, p.4) o Paraná possuía “1,281 bilhão de pés e produção de 21,4 milhões de sacas em 1961, a região (Norte) representava cerca de 54% do café brasileiro”

Após a pujança econômica da cafeicultura que foi “dizimada” no inverno de 1975, o quadro agrário desta microrregião se transforma passando a predominar culturas temporárias como a soja e o trigo que estavam despontando paralelamente a introdução do pacote tecnológico da “revolução verde”, ou seja, para a fase da industrialização da agricultura. Conseqüentemente, o quadro populacional também se altera, com perdas significativas da população rural que estava inserida na atividade cafeeira como parceiros (meeiros, porcentageiros, etc.) ou como funcionários nas propriedades da região. Segundo Martine (1994) estima-se que nas décadas de 1960 e 1970, 28,5 milhões de pessoas deixaram as áreas rurais do território nacional.

Segundo Tsukamoto (2006) estudos feitos sobre o norte do Paraná demonstram que a industrialização do campo levou a uma significativa alteração tanto na distribuição fundiária quanto nas relações sociais de produção. O Censo Agropecuário de 1970 mostra que o café predominava em 66% da área cultivada e no Censo de 1995/96 é representado por apenas 9%, sendo substituído pela soja com 61% do total. É um fato a ser considerado pois os reflexos foram significativos na estrutura agrária paranaense.

Os dados também mostram que a soja foi a cultura que mais se desenvolveu em detrimento de outras, por apresentar condições favoráveis ao pacote tecnológico recém introduzido, induzido.

Para se ter uma visão dos últimos 10 anos pode-se observar nas tabelas 1 e 2 um quadro comparativo entre o Censo Agropecuário de 1995 /96 e de 2006 em que fica nítida a colocação das lavouras temporárias em detrimento das permanentes que no contexto microrregional está representada atualmente pelo cultivo da laranja, principalmente, após o ano 2000, devido a implantação de uma unidade de esmagamento e produção do suco concentrado no município de Rolândia. Note-se na tabela 2, no ano de 2006 a área utilizada por este tipo de lavoura aumentou significativamente, de 5,17% passou para 20,80%. Vale salientar que a cafeicultura não foi totalmente extinta.

A existência de estabelecimentos de até 50 hectares, limite de área para a definição de agricultura familiar, ou seja, até 4 módulos fiscais, pode ser observada na tabela 3 e 4.

Tableta.1 utilização das terras da microrregião de Londrina 1995

Uso da terra	Número	%	Área	%
Lavouras Permanentes	2087	11,85	15.377	5,17
Lavouras Temporárias	4414	25,07	124.053	41,74
Pastagens Naturais	355	2,01	6.763	2,30
Pastagens Plantadas	3070	17,44	98.771	33,23
Matas Naturais	1690	9,60	32.104	10,80
Matas Plantadas	844	4,80	2863	0,96
Outras	5.144	29,23	17.294	5,80
Totais	17.604	100,00	297.225	100,00

Fonte: IBGE- Censo Agropecuário – 1995-96

Tableta 2 utilização das terras da microrregião de Londrina 2006

Uso da terra	Número	%	Área	%
Lavouras	2996	11,75	74.345	20,80
Permanentes				
Lavouras	4.999	19,60	151.889	42,43
Temporárias				
Pastagens Naturais	1.468	5,75	28.658	8,00
Pastagens Plantadas	1.301	5,00	41.101	11,46
Matas Naturais	3.570	14,00	37.033	10,35
Matas Plantadas	175	0,68	1.142	0,30
Outras*	6.135	24,02	6.405	1,82
Totais**	20.635	100,00	340.573	100,00

Fonte: IBGE- Censo Agropecuário – 2006

*Foram incluídas neste item as variáveis que não constavam no Censo Agropecuário de 1995-96 para dar um tratamento comparativo com o Censo Agropecuário de 2006.

**Foram excluídos os dados sobre construções, benfeitorias e caminhos.

Os grupos de área de até 50 hectares representava em 1995, aproximadamente, 80% do total do número de estabelecimentos e em 2006 foi de 84% de representatividade. Destaca-se o grupo de 10 a 50 hectares tanto em 1995 quanto em 2006. São nesses estabelecimentos que a hortifruticultura está sendo desenvolvida bem como a avicultura e a sericicultura, atividades essas que absorvem basicamente a força de trabalho familiar. Aliás, é esse perfil de produtor que o capital industrial arregimenta para serem os fornecedores de matéria-prima no sentido de sujeitar e se apropriar da renda da terra num quadro de monopolização do território pelo capital.

Tableta. 3 Distribuição dos Estabelecimentos na Microrregião Geográfica de Londrina 1995-96

Grupos de área (ha)	Nº	%	Area	%
Até 2	342	6,23	333	0,12
2 – 5	686	12,50	2420	0,82
5 -10	770	14,03	5974	2,00
10 – 50	2520	45,93	55.288	18,82
50 – 100	530	9,66	37.873	12,90
100 – 500	565	10,32	113.019	38,40
500 – 1000	56	1,02	39.533	13,40
1000 – 2000	15	0,27	20.496	6,96
Mais 2000	02	0,04	19.310	6,58
Totais*	5.486	100,00	294.246	100,00

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário – 1995-96

*não foram incluídos 19 estabelecimentos sem declaração de área.

Tableta. 4 Distribuição dos Estabelecimentos na Microrregião Geográfica de Londrina 2006

Grupos de Área (ha.)	Número	%	Área	%
Até 2	1217	17,67	775	0,21
2 – 5	1132	16,43	3775	1,05
5 – 10	989	14,36	7.469	2,10
10 – 50	2.427	35,24	51.665	14,43
50 – 100	431	6,26	30.547	8,53
100- 500	626	9,10	168.532	47,10
500 – 1000	40	0,58	29.659	8,29
1000 – 2500	17	0,25	24.883	6,95
Mais 2500*	08	0,11	40.575	11,34
Totais*	6.887	100,00	357.878	100,00

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário – 1995-96

*não foram incluídos 21 estabelecimentos sem declaração de área

Pode-se observar na tabela 5 que de 2004 a 2008 ocorreu um aumento do número de produtores e na área plantada nas dez culturas mais representativas no conjunto da olericultura. Nesse sentido, pode-se fazer uma inter-relação com as tabelas 3 e 4 as quais apresentam a predominância do número de estabelecimentos de até 50 hectares, lembrando que de acordo com o presidente da Associação de Horticultores do Norte do Paraná, esses produtores se situam em estabelecimentos de até 10 hectares.

Tableta. 5 olericultura da microrregião geográfica de Londrina – principais culturas 2004 - 2008

ANOS	2004		2005		2006		2007		2008	
Tipos de cultura	Número de produtores	Área (ha)	Número de produtores	Área (ha)	Número de produtores	Área (ha)	Número de produtores	Área (ha)	Número de produtores	Área (ha)
Alface	74	4	75	4	80	4	82	8	90	1
Aipim	298	00	310	08	316	15	316	15	316	15
Batata-doce	111	36	131	73	151	77	138	97	138	97
Berinjela	71		85		87		82		85	

		2		0		9		2		5
Cenoura	76		77		81		86		89	
		09		26		31		31		36
Couve-flor	258		240		240		242		247	
		17		36		36		37		40
Pepino	126		158		181		181		177	
		02		53		28		71		01
Pimentão	108		108		09		112		114	
		4		3		5		3		7
Repolho	360		364		358		364		366	
		64		61		60		62		14
Tomate	207		159		159		162		170	
		73		46		48		61		09
Totais	1689		1707		1762		1765		1792	
		44		84		94		02		065
		1		0		3		7		

Fonte: INSTITUTO EMATER - Perfil da Realidade Municipal – 2004/2008

Com esse panorama geral da Microrregião Geográfica de Londrina é possível demonstrar como as políticas públicas para a agricultura familiar estão sendo implantadas no atual contexto Norte paranaense.

Programas governamentais e o papel das instituições públicas

Analisar os programas que a Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento do governo paranaense (SEAB) é uma tarefa ampla, pois conta-se com um perfil diversificado de agricultores. O estado do Paraná tem apresentado um quadro agrário bem diversificado, mas especificidades existem regionalmente, a exemplo das atividades desenvolvidas no Sudoeste e no norte do Estado. Há desde aqueles voltados para o agronegócio com produção e exportação de *commodities* até os que se dedicam a produção de alimentos tais como o arroz, o feijão, as hortaliças, a fruticultura entre outras. Também há lavouras orientadas pelos princípios da agroecologia e a pecuária bovina de corte/ leite, a suinocultura, a avicultura e a sericicultura os quais têm destaque no cenário agrícola paranaense.

Em consonância as políticas do governo federal, o Paraná lançou uma série de programas coordenados pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SEAB) e vem desenvolvendo programas de fomento à agricultura familiar viabilizados majoritariamente pelo Instituto EMATER e pelos órgãos de pesquisas como o Instituto Agronômico do Paraná (IAPAR).

No final da década de 1990 foi lançado o projeto Paraná 12 meses “cujo foco principal foi proporcionar à agricultura familiar o conhecimento e o incentivo para que, dentro das condições em que está inserido, pudesse utilizar seus recursos de forma competente e eficiente” (Sistema de Produção Familiares...2001, p.5). Dentro deste projeto vale destacar as atividades das Redes de Referências para a Agricultura Familiar realizadas na porção Norte, Noroeste, Oeste e Sudoeste do Estado. As Redes de Referências são um agrupamento de propriedades rurais, cada uma com modo próprio de planejar e definir a rotina de atividades. No conjunto formam uma amostragem dos diferentes sistemas de produção da agricultura familiar paranaense. Acompanhadas e avaliadas esses estabelecimentos geram informações que servem de referência para outras unidades semelhantes no Estado. (Sistema de Produção Familiares...2001 p.7).

Este projeto foi implantado com 50% dos recursos do governo do Estado e 50% do Banco Mundial. No início, havia como objetivo, o compromisso de se realizar o “Combate à Pobreza no Meio Rural” cujas verbas foram aplicadas junto aos agricultores, a fundo perdido. Para tanto, foram selecionados produtores que necessitavam de melhorias na moradia ou mesmo de infra-estrutura na propriedade. ;Assim, foram realizados projetos de manejo e conservação do solo e água, adequação de estradas rurais. Além dessas ações vale salientar que foi um projeto de alcance significativo tanto em termos da área de abrangência geográfica (região Norte, Oeste e Sudoeste paranaense) quanto em projetos específicos, tais como a do leite, soja, milho, trigo e milho “safrinha”, café.

O objetivo das Redes é:

Orientar estratégias para o desenvolvimento regional e subsidiar ações de modernização da agricultura familiar. Também visam a fornecer informações para a assistência técnica, como suporte ao trabalho de aconselhamento dos agricultores em busca de aperfeiçoamento de seus sistemas de produção. A atividade faz parte do

componente “Manejo e Conservação dos Recursos Naturais – Fase 2”, do Programa Paraná 12 meses.(Sistema de Produção Familiares...2001 p.7).

É necessário salientar que no desenvolvimento das atividades pertinentes às Redes, os produtores recorrem ao PRONAF investimento /custeio fato este que vem reforçar o papel das políticas de âmbito federal.

Observa-se que todas as etapas mencionadas sobre a implantação de projetos estão relacionadas com algum órgão de fomento que para tanto, vale lembrar as palavras de Favoretto:

Não há dúvida de que nos últimos dez ou quinze anos se erigiu um novo discurso sobre a ruralidade, em muito apoiado sobre os achados de estudos e pesquisas realizados nos quatro cantos do mundo. Este novo discurso acabou progressivamente tomando a forma de consensos e orientações, não raramente amalgamadas por agências internacionais de apoio à cooperação e ao desenvolvimento, fundos de financiamento e organismos multilaterais como a FAO- Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, o Banco Mundial, a CEPAL – Comissão Econômica para América Latina, o BID- Banco Interamericano de Desenvolvimento, o IICA- Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola, a OCDE- Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico. (FAVARETO, 2007,p.3)

O mesmo autor ainda acrescenta ao afirmar que, há uma grande influência desses organismos nas definições das políticas principalmente nos países periféricos e semi-periféricos do capitalismo mundial e que são “uma espécie de “pivô”, em que envolve a academia, a política e a economia ocorrendo um “movimento de legitimação recíproca...” (FAVARETO, 2007,p.3)

Os programas e projetos da Secretaria da Agricultura para a agricultura familiar são executados pelo Instituto EMATER.

Este instituto que tem uma atuação direta em todos os programas implantados pelo governo estadual apresenta suas ações voltadas à agricultura familiar por meio de “eixos orientadores da extensão rural” tais como: 1)Fortalecimento das Economias Locais, 2)Recuperação e Preservação Ambiental e 3)Inclusão Social.

Vale destacar o programa Agroindústria Familiar - “Fábrica do Agricultor” que faz parte do eixo orientador denominado Fortalecimento das Economias Locais. É um projeto viabilizado aos produtores que já traziam certas tradições em relação às habilidades artesanais da família como a elaboração de compotas, de licores, de geléias,

poupas de frutas, a produção de farinha de banana e produtos sem glútem e sem lactose, de açúcar mascavo. Está presente em todo o estado do Paraná e isso pode ser visualizado a partir da Feira Sabores do Paraná na qual participam produtores familiares que estão desenvolvendo algum tipo de produto artesanal. É importante lembrar que esse programa tem inserido a mulher no mercado de trabalho no sentido de aproveitar o seu potencial e tradição na elaboração artesanal de produtos agrícolas. Por outro lado, trata-se de uma atividade que proporciona a melhoria das condições de vida das famílias rurais, a agregação de valor aos produtos primários, o incremento nos ganhos reais, a geração de trabalho e empregabilidade e, principalmente, trouxe alternativas de diversificação para oportunizar o agricultor a permanecer no campo.(AGROINDÚSTRIA familiar, 2010,p.36)

Trata-se de um projeto em que o Estado, via Instituto EMATER, viabiliza o acesso ao PRONAF, principalmente o de investimento, para a construção da infraestrutura dessas agroindústrias.

Nota-se que o Estado está apoiando em todas as etapas do desenvolvimento deste tipo de empreendimento. Vale destacar o apoio aos produtores na participação da Feira Sabores do Paraná que ocorre no âmbito estadual em eventos agropecuários e uma feira em Curitiba que tem apresentado repercussão junto à comunidade local e regional. Sabe-se também que há apoio para participar em eventos de outras localidades tais como a de Porto Alegre e Brasília. O Estado custeia o deslocamento dos produtos para a área de destino e também arca com as diárias requeridas para permanecer no local da feira. A Feira Sabores do Paraná promovido pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná tem sido um dos caminhos para comercialização dos produtos da agricultura familiar. Tem sido um espaço/momento de encontro dos expositores onde se permite a troca de informações de diversas naturezas, desde os locais de fornecimento de determinadas matérias-primas até de aquisição de equipamentos.

O interesse em analisar este programa do governo deve-se ao significativo número de produtores familiares participando em diversos tipos de processamento tais como: farinha de mandioca, polvilho azedo, açúcar mascavo, aguardente, melado, vinhos e licores, doces, picles, compotas, polpa de frutas, queijos, embutidos e defumados entre outros de menor significado.

Os dados da Realidade Agrícola Municipal (2008) mostram a predominância da produção de vinhos e licores (7 produtores), doces (12 produtores), picles (10

produtores) , compotas (10 produtores), queijos (14 produtores) e embutidos e defumados (8 produtores). Há que se salientar que todos são considerados unidades artesanais, mas já apresentam embalagens e rótulos devidamente identificados. Em Londrina há também, produtores que embalam seus produtos em formato à vácuo (mandioca descascada) e em bandejas (folhosas picadas e legumes já cortadas em pedaços ou mesmo legumes embalados) que também são considerados como um produto agroindustrial pelo fato de passar por um processamento ou manipulação. (Foto1 e 2)



Foto 1 – Polpa de frutas Redondo embaladas, congeladas e comercializadas no comércio local e regional. Cada pacote conta com 10 saquinhos de suco congelado. Abril 2010



Foto 2 – Agroboa- processamento de compotas.Equipamentos obtidos com recursos do PRONAF. (maio de 2010).

Além desses programas vale salientar, uma política pública de âmbito federal, denominado Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que segundo Hespanhol (2010, p.393) foi “criado em 2003, na gestão do governo Lula, e foi concebido como parte de um conjunto mais amplo de políticas que compõem o Fome Zero”.

Tem como objetivo principal estimular e fortalecer agricultura familiar por meio de um conjunto de ações relativas à aquisição de produtos agropecuários e sua distribuição a grupos de pessoas que vivem em situação de insegurança alimentar e/ou nutricional, contribuindo também para a formação de estoques estratégicos de alimentos no país. (HESPANHOL, 2010, p.393)

Ainda, segundo a mesma autora, para participar desse programa o produtor deve se enquadrar nos critérios estabelecidos pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e estarem organizados em cooperativas, associações ou grupos de interesse informais com, no

No Paraná este programa vem sendo implementado em vários municípios e na região Microrregião de Londrina conta com a Cooperativa Solidária de Produção, Comercialização e Turismo Rural da Agricultura Familiar do Norte do Paraná – COAFAS sediada em Londrina e com a Associação dos Produtores Familiares em Rolândia.

É um programa que dá garantia de comercialização, desde que associados à uma organização representativa e com a apresentação da declaração de aptidão (DAP) ao PRONAF. A CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) adquire produtos diversificados no valor máximo de R\$3000,00 ao ano. Segundo uma produtora de doces e compotas, através da Agroindústria Familiar, entrega na prefeitura municipal (mediadora) cerca de 50 kg de doces e 60 kg de bolacha por semana a R\$8,00 o quilo. Para tanto, além dos documentos necessários foi aberta uma conta poupança cujo valor é depositado mediante a nota do produtor.

Há que se salientar que fazem parte desse programa, os produtores que comercializam hortaliças, legumes e frutas, denominado Banco de Alimentos. Trata-se de um programa realizado em parceria com diversas instituições governamentais e não governamentais e tem por objetivo organizar a coleta dos produtos não comercializados pelos atacadistas e produtores rurais da Central de Abastecimento S.A (CEASA) de

Londrina e dos produtos repassados pelo Programa de Aquisição de Alimentos do governo federal, às entidades sociais e às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Não se pode omitir o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) o qual exige que 30% da origem do produto para a merenda escolar do município seja da agricultura familiar. É um programa que o Ministério da Educação, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) normatiza e encaminha a verba aos estados, distritos federais e municípios.

No edital de Chamamento Público do Programa Estadual de Agricultura Familiar (PEAF) do estado do Paraná do dia 12 de agosto, o programa estabelece critérios para a compra de alimentos provenientes da agricultura familiar para a alimentação escolar às cooperativas e associações de agricultores familiares. Ainda coloca:

Para essa primeira compra foram determinados 39 itens divididos em cinco grupos: frutas e derivados, hortaliças, alimentos protéicos, temperos e outros. De acordo com a diretora Técnica (DIT) da Sude, Vanda Dolci Garcia, a quantidade de alimentos a ser entregue em cada instituição e o preço a ser pago foram estabelecidos pela tabela do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do governo federal. “É importante salientar que, de acordo com PAA, vamos pagar 30% a mais nos alimentos orgânicos que nos similares produzidos de maneira convencional”, explica Vanda.(GOVERNOCOMPRA,2010)

Observa-se que este programa tem sido bem recebido pelos produtores da área pesquisada, pronunciando-se na expectativa de continuar uma vez que é mais uma forma direta de comercialização e com garantia de uma renda complementar. Por outro lado, há que se ressaltar as palavras da diretora técnica estimulando a produção de alimentos orgânicos com um preço mais elevado para esse tipo de produto.

Considerações Finais

As preocupações em torno das perspectivas para as unidades de produção familiar permanecem latentes, pois mesmo com as políticas públicas de incentivo à permanência dos membros da família. São freqüentes as lamentações entre os produtores em relação ao endividamento junto às instituições bancárias e do recorrente problema dos preços baixos no momento da comercialização.

Trata-se de uma microrregião que apresenta contrastes mesmo no contexto das unidades de produção familiar. Há aqueles que estão há mais de 30 anos nesse setor de atividade como aqueles que estão iniciando novas atividades para agregar valor à sua produção a exemplo da agroindústria familiar.

É importante salientar o programa Redes de Referência para a Agricultura Familiar do governo paranaense no qual pode-se visualizar o empenho dos pesquisadores e dos extensionistas em adequar cada vez mais sistemas de produção baseadas na aptidão e tradição local. O empenho em realizar, por exemplo, “Caminhada Comunidade Rural” é algo que deveria ocorrer entre os diferentes perfis de produtores familiares. Na realidade, as redes, sejam de referências e/ou sociais, provocam efeitos imediatos e de maior alcance. Uma vez, demonstrado, concretamente, a experiência e os resultados dos sistemas de produção praticados pelos seus pares, motiva o produtor a aderir tal prática. Entretanto, vale ressaltar a necessidade de um efetivo acompanhamento para que os resultados sejam positivos.

Por outro lado, vale salientar algumas conclusões e recomendações indicadas na publicação *Sistemas de Produção Familiares do Norte do Paraná (2001)* onde se pondera de que para o agricultor “não existe um caminho único, havendo-se de se considerar também as perspectivas trazidas pelas ocupações rurais não –agrícolas e as estratégias de agroindustrialização ou agregação de valor, como componentes da pauta de alternativas para a melhoria destes sistemas produtivos”. Um outro item diz respeito a importância ou mesmo necessidade dos produtores se organizarem por meio do associativismo, pois com o esforço coletivo garantirá condições adequadas de comercialização e também para a redução dos custos de produção.

O programa Agroindústria Familiar é algo que veio para que os produtores agregassem valor às atividades agrícolas e melhorassem a renda familiar. Pelos exemplos citados o objetivo está sendo atingido, mas deve-se considerar que depende

muito da vontade desse agricultor, pois os empecilhos são diversos e necessita de persistência e clareza nos seus objetivos, incluindo-se o adequado acompanhamento pelos órgãos competentes. Há ainda vários fatores a serem aperfeiçoados e uma necessidade crescente da união dessa parcela de produtores.

Por fim, é importante expressar que as políticas públicas até agora vigentes tem em seu cerne a questão de “tornar” a produção agrícola um negócio rural. Críticas pertinentes a respeito existem e devem ser consideradas, pois ainda está presente no quadro agrário brasileiro uma heterogeneidade de produtores e tratá-los de forma homogênea está fadada ao insucesso.

Todos esses programas e a organização dos produtores nos indicam que há muitos fatores para serem aperfeiçoados, tanto pelos órgãos competentes quanto pelos produtores, para que possam permanecer no campo e viver com dignidade.

Referências

- AGROINDÚSTRIA FAMILIAR. EMATER em revista. Edição especial. Balanço social 2009/2010.p36-37
- BRASIL. Censos agropecuários de 1975,1980,1985,1995-96. Rio de Janeiro:FIBGE,1997
- _____. Censo Agropecuário de 2006. Disponível em:<<http://sidra.ibge.org>.Acessado em 16 de jun.2010..
- DENARDI, Reni A. Agricultura familiar e políticas públicas in: Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre,v.2,n.3, jul/set 2001.
- FAO/INCRA. Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável, Brasília, nov.1994.
- FAVARETO, A. A abordagem territorial e as instituições do desenvolvimento rural. I Encontro da Rede Rural, Niterói, p. 01-23, 2007.
- GARNICA,Leonardo A.;SANTOS, Fábio L. Políticas públicas descentralizadas para o desenvolvimento regional da agricultura familiar: um estudo de caso. : Informações Econômicas. São Paulo, v.16,n.10,out.2006 p.88-95.
- HESPANHOL, Rosângela A. de M. Políticas públicas e estratégias coletivas de comercialização agrícola. CUNHA, LÚCIO; PASSOS, Messias M.dos;JACINTO, Rui (Orgs) As Novas Geografias dos Países de Língua Portuguesa: Paisagens, territórios, Polítcas no Brasil e em Portugal. Guarda:Centro de Estudos Ibéricos, 2010. P.393-410.

MARTINE, George. Estado, economia e mobilidade geográfica: retrospectiva e perspectivas para o fim do século. Revista Brasileira de Estudos Populacionais n.11, v.1, p.41-60, Campinas,1994.

PARANÁ. Governo compra alimentos de agricultores familiares do Paraná para merenda escolar. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/noticias/governo-compra-alimentos-de-agricultores-familiares-do-parana-para-merenda-escolar>>. acessado em 25 de set.2010.

PARANÁ- Instituto EMATER.Perfil da Realidade Municipal da Regional de Londrina 2004-2008. Curitiba:Instituto EMATER, 2010.(documento interno)

SISTEMAS de produção familiares do Norte do Paraná. Londrina:IAPAR/EMATER,2001. 56p.

SCHWARTZ, Wilson. Geadas de 75 “varreu o café e determinou a nova agricultura in: Folha Rural ,p. 4, 2010. (caderno do jornal Folha de Londrina de 17/07/2010.)

TONNEAU, Jean P.;SABOURIN, Eric. Elementos de síntese e perspectivas. TONNEAU,J.; SABOURIN,E.(Orgs) Agricultura Familiar: interação entre Políticas Públicas e Dinâmicas Locais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. P.281-310.

TSUKAMOTO, Ruth Y. A territorialização e o rumo dos assentamentos rurais do Norte Paranaense.ASARI et al.Assentamentos Rurais e Agricultura Familiar no Norte do Paraná: processo de territorialização e perspectivas de auto-sustentação. Londrina: Dep.de Geociências, 2006. (relatório de pesquisa UEL/Fundação Araucária) p.19-44.